



## Transição dietética no Brasil e os movimentos urbanos agroecológicos do Rio de Janeiro

*Dietary Transition In Brazil and the urban agroecological movements in Rio de Janeiro*

LOPANE, ANNA R. M.<sup>1</sup>; FREITAS, Caren<sup>2</sup>; LIRA, Lorena<sup>3</sup>; WILKINSON, John<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Doutoranda em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA /UFRRJ, anninalopa@gmail.com; <sup>2</sup>Mestre pelo PGDT-UFRRJ, carenfreitas.lima@gmail.com; <sup>3</sup>Mestranda CPDA – UFRRJ, lorenalirav@gmail.com; <sup>4</sup>Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRRJ, jhn.wiknsn@gmail.com.

### Eixo temático: Agriculturas Urbana e Periurbana

**Resumo:** O Brasil é um dos principais exportadores de commodities agrícolas que suprem a dieta mundial de proteína animal desde o fim do século XIX. E, apesar de arrefecimento da demanda dos mercados tradicionais, houve, nas décadas de 1980 e 1990, um fortalecimento desse papel do Brasil em âmbito internacional por conta da ascensão econômica da China. Esse processo, em um contexto de aumento da urbanização dos países periféricos, fomentou uma transição alimentar na China e no Brasil. O aumento da produção de commodities agrícolas foi contraposta pelo fortalecimento dos movimentos contra hegemônicos, dentre eles os movimentos pautados por princípios agroecológicos, alinhados com diferentes demandas das “redes de alimentos alternativos” que formam a base de oposição ao sistema agroalimentar dominante nos países do norte global. Na presente pesquisa discutimos as conexões entre alimento, nutrição e saúde, pautadas pelos movimentos e espaços de comercialização de produtos agroecológicos do município do Rio de Janeiro. Com o objetivo de compreender qualitativamente a importância dos circuitos curtos de comercialização e o conteúdo das iniciativas urbanas que buscam rediscutir a soberania alimentar, entrevistamos 24 agricultores da região metropolitana. Identificamos que, em um mundo cada vez mais urbano, esses movimentos e feiras tornam-se protagonistas na discussão das relações campo-cidade e tomam especial relevância para ampliar o debate em defesa da agroecologia.

**Palavras-chave:** agroecologia; sistemas alimentares; circuitos curtos; segurança alimentar e nutricional; agricultura urbana.

**Keywords:** agroecology; food systems; short circuits; food and nutritional security; urban agriculture.

### Introdução

O Brasil figura como líder ou co-líder na produção global e exportação das principais commodities agrícolas que suprem a dieta mundial de proteína animal, que tem predominado no centro global desde as últimas décadas do século XIX, no bojo da Revolução Verde, e que atualmente vem sendo reproduzida nas populosas “economias emergentes”. Nas décadas de 1980 e 1990, essa dieta urbana começou a perder forças na medida em que a vida no norte global tomou ritmos pós-industriais. Os mercados das commodities agrícolas entraram em crise e os países tradicionalmente exportadores foram encorajados a mudarem para exportações agrícolas não-tradicionais. O Brasil começou a desenvolver pólos de exportações de



frutos frescos e frutos do mar e, no âmbito doméstico, houve uma tímida promoção de produtos cuja qualidade no mercado internacional passou a ser valorizado, como os orgânicos, comércio justo, e produtos com certificado de origem.

Dentro do contexto acima, a reforma agrária e a promoção da agricultura familiar se tornaram prioridades políticas. Tudo isso foi colocado em xeque quando a ascensão econômica dos países emergentes, liderada pela China, provocou a aceleração da urbanização da periferia global reproduzindo uma dieta baseada em proteína animal dos países do norte, agora em maior escala. O momento crucial foi a tomada de decisão da China de importar commodities agrícolas centrais, das quais a mais importante foi ração animal, mas também commodities não-alimentícias e cultivos florestais.

No Brasil, isso conduziu a uma explosão das demandas de soja e carne, seguidas da demanda por milho. A agricultura tinha trazido tecnologias ao Cerrado nos anos 1970 e 1980 e dez milhões de hectares estavam então incorporados ao cultivo de grãos e gado para alimentar a voraz demanda da China e outras economias emergentes. O próprio Brasil foi, certamente, uma economia emergente chave e seu rápido crescimento na primeira década do século XXI, combinado com políticas públicas amplamente redistributivas, levaram ao crescimento do que ficou conhecido como “nova classe média”, que seguia ao modelo clássico de inclusão de proteína animal e de alimentos processados em sua dieta. De acordo com Popkin (2001, p.871), houve uma mudança do padrão alimentar nos países da América Latina. Ocorreu um aumento no consumo de gordura, açúcar e proteína animal. Em outras palavras um aumento da Insegurança Alimentar.

De acordo com Monteiro et al. (2007), a obesidade aumentou entre o quartil mais pobre da população brasileira. Entre 1974 e 1975, esse quartil masculino representava 1,6% e o feminino 6,1%. Em 2003, 7,1% dos homens estavam obesos e 21,7% entre as mulheres. Essas tendências de países que ascenderam economicamente, como a China e a mudança de padrão alimentar do Brasil, reforçaram a posição do Brasil em ser uma das lideranças no fornecimento mundial de commodities agrícolas para uma dieta baseada em proteína animal, principal fonte de uma nova geração de doenças não-contagiosas características das populações urbanas – obesidade, diabetes e doenças coronárias. Ao mesmo tempo, essa dieta, por sua enorme demanda de recursos naturais, também tem sido vista como a causa majoritária do aquecimento global, da diminuição da biodiversidade, da poluição e das ameaças aos meios de subsistência e tradições das comunidades indígenas.

Nesses termos, não se pode falar de cadeia de commodities apenas no sentido econômico estrito, mas também em termos de suas implicações sociais, ambientais e de saúde. Nos anos 1970 e 1980, as exportações de commodities brasileiras eram direcionadas primariamente para a Europa, e movimentos sociais contrários aos impactos negativos da soja e da expansão bovina receberam fortes apoios da sociedade civil europeia organizada. Não há ainda um desenvolvimento similar na



China, que recebe aproximadamente 70% das exportações de soja do Brasil. Lutas sociais em oposição ao complexo de soja e gado foram, num primeiro momento, lideradas principalmente por organizações rurais e direcionadas aos impactos ambientais negativos e às ameaças a povos e comunidades tradicionais.

O aumento da produção de commodities agrícolas não eliminou os movimentos contra hegemônicos identificados acima e os quais estão agora se amalgamando, dentre eles estão os movimentos que partem de princípios agroecológicos, alinhado com diferentes demandas das “redes de alimentos alternativos” que formam a base de oposição ao sistema agroalimentar dominante nos países do norte global. Compreende-se aqui a agroecologia enquanto campo de conhecimento que parte de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, que busca contribuir para que as sociedades redirecionem a co-evolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência (CAPORAL, 2009, p.17).

Além do mais, uma nova abordagem alimentar desde a perspectiva da população urbana está emergindo nos movimentos em torno da agricultura urbana. Tais movimentos são muito heterogêneos, mas uma inovadora percepção da importância de redefinir a relação da população urbana com o alimento e, cada vez mais, de políticas públicas também são iniciativas fortalecidas, integrando propósitos para agricultura urbana no interior do planejamento municipal.

Nossa pesquisa explora esses novos movimentos urbanos em torno do alimento no Brasil para indicar o grau em que conexões entre alimento, nutrição e saúde estão sendo feitas e, com isso, a necessidade de iniciativas urbanas para restabelecer o controle sobre o conteúdo nutricional do alimento. Num país como o Brasil, onde o agronegócio é tão poderoso e onde as demandas globais por proteína animal provavelmente tenderão a aumentar em um futuro previsível, essas pressões contra-hegemônicas originadas da cidade, em um mundo cada vez mais urbano, são essenciais dentro dos marcos de possibilidade em que a agroecologia busca suscitar.

## **Metodologia**

Nossa pesquisa é orientada pela tipologia da agricultura urbana proposta por John Wilkinson e Anna Lopane no artigo “Da Agricultura Urbana Aos Sistemas Alimentares Urbano E Metropolitano” (2018). Nesta tipologia, são identificados cinco diferentes tipos de iniciativas de agricultura urbana.

A primeira é a tradicional agricultura de cinturão verde (*green belt*) ou agricultura periurbana, particularmente horticultura, que tem sido tradicionalmente identificada como um complemento umbilical da cidade. A segunda, se refere a movimentos em resposta ao aumento da precarização dos trabalhadores urbanos negativamente afetados pelas ondas de desindustrialização que produziram desemprego a longo prazo e pobreza. Esses movimentos começaram a desenvolver cultivos de alimentos



em loteamentos urbanos abandonados, recriando uma economia subsistente no contexto urbanos, motivada pelo colapso dos aluguéis nas cidades. O movimento *Food Justice* emergiu sobre as bases dessas iniciativas. A terceira categoria se refere à proliferação de iniciativas individuais ou coletivas em pequena escala motivadas por sensibilidades associadas com a nova agenda urbana conectando preocupações relacionadas à alimentação, nutrição, saúde e mudanças climáticas. A quarta está no contexto de iniciativas do setor público. A última categoria foca em iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, sejam elas em termos de negócios, moradia ou comunidades locais, envolvendo a fronteira entre tecnologias relevantes e culminando em redes virtuais. Dentro dessa categoria, também estão incluídos esforços para confrontar questões relacionadas ao crescimento contínuo (*scale-up*) para atender à demanda urbana.

Partindo dessa estrutura tipológica como um guia, conduzimos o processo unindo pesquisa bibliográfica e de campo em feiras de circuito curto na cidade. Foram analisados cinco circuitos curtos: duas feiras no bairro de Campo Grande, uma dentro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e outra em Vargem Grande, além da Associação dos Agricultores Orgânicos de Vargem Grande, a partir de entrevistas a vinte quatro agricultores.

## Resultados e Discussão

O Rio de Janeiro é o segundo município mais urbano do Brasil. De acordo com o IBGE (2010), a população urbana da cidade é acima de 96%, seguindo a tendência mundial de aumento da população urbana (UN-HABITAT, 2016). Apesar da compreensão de que esses dados precisam ser problematizados, como bem exposto por VEIGA (2002), ao explicitar que a população rural é maior do que o mensurado.

Compreende-se, em um mundo cada vez mais urbano, a importância do papel da cidade para uma transição agroecológica, tendo em conta diversos aspectos conectados, como a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, crise ambiental, dentre eles o aquecimento global, diminuição da biodiversidade, da poluição e das ameaças aos meios de subsistência e tradições das comunidades indígenas. Dito isso, analisamos alguns movimentos urbanos agroecológicos, como as feiras de relação direta entre agricultores urbanos e os consumidores – circuito curto, produção, alguns aspectos acerca da preservação da biodiversidade e a Segurança e Soberania Alimentar Nutricional.

## Conclusões

Os circuitos curtos promovidos pelos agricultores agroecológicos do Rio de Janeiro já tem produção e venda significativa tanto que o espaço da feira se tornam principal fonte de renda para a metade dos agricultores analisados. Em relação à preservação



da agrobiodiversidade, a produção da agricultura urbana carioca mostra-se bastante diversificada. Há uma importante produção de plantas medicinais e Plantas Alimentícias (PANCs).

As feiras mostraram-se importante no que tange às possibilidades dos encontros para a promoção da saúde, bem como a comercialização de produtos isentos de agrotóxicos em uma relação direta com o consumidor. As feiras também são identificadas como espaços de troca de saberes, na medida em que circuitos curtos permitem o diálogo direto entre produtores e consumidores.

Cabe destacar, no entanto, que apesar dos circuitos curtos se mostrarem importantes no que tange uma contra-hegemonia em relação ao agronegócio, a agricultura urbana é complementar à agricultura proveniente do campo. A produção agroecológica de arroz e feijão na cidade e estado do Rio de Janeiro, por exemplo, ainda é insuficiente para as demandas do estado.

## **Agradecimentos**

Agradecemos às agricultoras, agricultores e militantes pela disponibilidade de conceder entrevistas ao Grupo de Pesquisa Mercado, Redes e Valores do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ).

## **Referências bibliográficas**

CAPORAL, F.R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. 2009.

LIMA, C.F. **Agriculturas na cidade do Rio de Janeiro: dicotomias e as especificidades da Agricultura Urbana**. 2019. 133 p. Dissertação.

MONTEIRO, C.A.; Conde, W.L.; Popkin, B.M. Income-specific trends in obesity in Brazil: 1975-2003. **Am. J. Public Health**. 2007; 97: 1808–12.

POPKIN, B.M. The nutrition transition and obesity in the developing world. **The Journal of nutrition**, v. 131, n. 3, p. 871S-873S, 2001.

UN-HABITAT. Urbanization and development: emerging futures. **World Cities Report**, v. 3, n. 4, p. 4-51, 2016.

VEIGA, J.E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**, 2002.



WILKINSON, J.; LOPANE, A. From Urban Agriculture to Urban Metropolitan Food Systems. **Terceira Conferência Internacional Agriculture and Food in a Urbanizing Society**, Porto Alegre, 2018.